

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.681 ESPÍRITO SANTO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO BRASIL
ADV.(A/S)	: GABRIEL PEIXOTO ROCHA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO:

Vistos.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL (ANOREG-BR) em face da Resolução de nº 014, de 11 de Setembro de 2008, editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Eis o teor da norma questionada:

“Art. 1º. Ficam desanexados os serviços de registro civil e de tabelionato constantes do anexo I desta resolução, passando cada um deles a constituir serventia autônoma, a ser delegada através de concurso público.

Art. 2º. Ficam desanexados os serviços de registro de imóveis, protestos de títulos e registro de pessoas jurídicas dos cartórios de 1º ofício constantes do anexo II desta resolução, passando cada um deles a constituir serventia autônoma, a ser delegada através de concurso público.

Art. 3º. Enquanto não houver delegação das respectivas serventias pela conclusão do concurso público em andamento para os serviços notariais e de registro (edital Nº 01/2006), os serviços desanexados manter-se-ão ininterruptos e contínuos, podendo o Presidente do Tribunal de Justiça designar outra pessoa para responder pelo serviço.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

(...)

ANEXO I

-Registro Civil e Tabelionato de Duas Barras – Comarca de Iconha;

– Registro Civil e Tabelionato da Sede – Comarca de Jaguaré;

– Registro Civil e Tabelionato da Sede – Comarca de Muqui;

– Registro Civil e Tabelionato da Sede – Comarca de Piúma;

– Registro Civil e Tabelionato da Sede – Comarca de Venda Nova do Imigrante;

– Registro Civil e Tabelionato da Sede – Comarca de São Gabriel da Palha;

– Registro Civil e Tabelionato de Vila Fartura – Comarca de São Gabriel da Palha;

– Registro Civil e Tabelionato 1º Distrito Sede – Comarca de Cachoeiro de Itapemirim;

– Registro Civil e Tabelionato de Todos os Santos – Comarca de Guarapari;

– Registro Civil e Tabelionato de Goiabeiras, Vitória – Comarca da Capital.

ANEXO II

– 1º Ofício da Comarca de Anchieta;

– 1º Ofício da Comarca de Marechal Floriano;

– 1º Ofício da Comarca de Pedro Canário;

– 1º Ofício da Comarca de Iúna;

– 1º Ofício da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim (2ª Zona) ;

– 1º Ofício da Comarca de Nova Venécia”.

Sustenta inconstitucionalidade formal, por ofensa ao art. 96, inc. II, “d” da Constituição Federal, ao fundamento de que a extinção e o desmembramento de serventias extrajudiciais somente seria possível por

ADI 5681 / ES

intermédio de lei formal, de iniciativa do Poder Judiciário. Argumenta também que as serventias alteradas estavam organizadas de acordo com a Lei Estadual nº 3.526/1982, de modo que o ato normativo questionado teria derogado lei estadual, estando configurada violação à separação dos poderes.

Alega também a ocorrência de inconstitucionalidade material, decorrente da violação ao direito adquirido (art. 5º, inc. XXXVI) dos delegatários que assumiram a outorga das serventias ofertadas pelo Edital 01/2006, as quais vieram a ser desmembradas por meio do ato normativo questionado. Também aduz ofensa ao princípio da impessoalidade e da igualdade, aduzindo, **verbis**:

“(…) que o Estado do Espírito Santo possui 78 municípios cuja organização das serventias se faz por meio de 3 entrâncias cujos serviços extrajudiciais são divididos pelos art. 103,104 e 105, caput, parágrafos e alíneas todos da lei 3526/82. Ocorre que diante de todas estas serventias o d. presidente do TJES determinou o desmembramento aleatório das serventias de 14 comarcas, sem que à época se realizasse estudo de viabilidade econômica ou qualquer estudo de efeitos às comunidades atingidas.

Por conseguinte, o desmembramento nestas condições configura infração ao princípio da impessoalidade e da igualdade, posto que diante da existência de dezenas de serventias unificadas em idênticas condições o nobre presidente escolheu dividir os serviços daquelas comarcas especificamente, causando lesão direta às referidas serventias” (fl. 15).

É o relatório.

Verifica-se, de plano, a inviabilidade de conhecimento da ação.

A Resolução de nº 014, de 11 de Setembro de 2008, editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, impugnada nesta ação, não detém conteúdo normativo propriamente dito. Trata-se de ato normativo de efeitos puramente concretos, sem qualquer coeficiente de generalidade e abstração, por meio do qual o

ADI 5681 / ES

Tribunal de Justiça procedeu à desanexação de serventias extrajudiciais do Estado.

Na linha consentânea com a jurisprudência da Corte, **somente atos normativos pautados pelos critérios da generalidade e abstratividade seriam passíveis de ataque na via da ação direta de inconstitucionalidade, com fundamento no art. 102, I, “a”, da Constituição Federal.**

A respeito, observem-se precedentes da Corte que afastam o exercício do controle concentrado de constitucionalidade sobre atos de efeitos concretos, como ora se apresenta:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO N. 6.161/2007, ALTERADO PELO DECRETO N. 6.267/2007, QUE “DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E EXCLUSÃO, NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO – PND, DE EMPREENDIMENTOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA INTEGRANTES DA REDE BÁSICA DO SISTEMA ELÉTRICO INTERLIGADO NACIONAL – SIN, DETERMINA À AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL PROMOÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONCESSÕES”. 1. Preliminar de inépcia da petição inicial pela ausência de fundamentação do pedido de declaração de inconstitucionalidade. **2. Impossibilidade de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo de efeito concreto. O Decreto n. 6.161/2007, alterado pelo Decreto n. 6.267/2007 não se dota das características de abstração e generalidade para ser processado e julgado pela via eleita.** 3. Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida” (ADI 4040, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, Tribunal Pleno, Dje de 01/7/13).

“Agravos regimentais em ação direta de inconstitucionalidade. Indeferimento da petição inicial. Anexo V do Decreto nº 3.048/99, na redação dada pelo Decreto nº

6.957/09. Enquadramento das atividades econômicas conforme o grau de incidência da incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GIILRAT). **Ausência de conteúdo normativo no ato impugnado. Feição meramente administrativa.** O regulamento extrai seu fundamento de validade, entre outros, do art. 22, § 3º, da Lei nº 8.212/91, que possibilita a modificação do dito enquadramento com base em estudos estatísticos promovidos pelo Ministério da Previdência Social. Eventual ausência de justificativa técnica geraria crise de legalidade, e não de constitucionalidade. Agravo a que se nega provimento” (ADI 4677 AgR, da **minha relatoria**, Tribunal Pleno, Dje de 31/07/12).

“Agravo regimental em ação direta de inconstitucionalidade. Item 2 - no que se refere a créditos provenientes do Estado do Amazonas - e Anexo II, item 1.1, do Comunicado CAT 36, da Coordenadoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo. **2. O Comunicado CAT-36/2004, da Coordenadoria de Administração Tributária do Estado de São Paulo, constitui mero ato administrativo despido de normatividade, isto é, não é ato normativo autônomo, geral e abstrato e, portanto, não pode ser submetido à fiscalização abstrata de sua constitucionalidade, conforme a consolidada jurisprudência desta Corte.** 3. Agravo regimental desprovido” ADI 3350 AgR, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, Tribunal Pleno, Dje de 31/10/08).

“Ação direta de inconstitucionalidade: inviabilidade: ato normativo de efeitos concretos. 1. O Decreto Legislativo 121/98, da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, impugnado, impõe a reintegração de servidores, que teriam aderido ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário do Servidor Público Estadual (L. est. 4.865/96). 2. O edito questionado, que, a pretexto de sustá-los, anula atos administrativos concretos - quais os que atingiram os servidores nominalmente relacionados - não é um ato normativo, mas ato que, não

ADI 5681 / ES

obstante de alcance plural, é tão concreto quanto aqueles que susta ou torna sem efeito. 3. **É da jurisprudência do Supremo Tribunal que só constitui ato normativo idôneo a submeter-se ao controle abstrato da ação direta aquele dotado de um coeficiente mínimo de abstração ou, pelo menos, de generalidade.** 4. **Precedentes** (vg. ADIn 767, Rezek, de 26.8.92, RTJ 146/483; ADIn 842, Celso, DJ 14.05.93)” (ADI nº 1.937/PI-MC-QO, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJe de 31/08/07).

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: ADI 73, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 04/12/13; ADI 3335, Rel. Min. **Ellen Gracie**, DJ de 22/11/04.

Isso posto, **não conheço** da presente ação direta de inconstitucionalidade.

Publique-se.

Arquive-se.

Brasília, 30 de março de 2017.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Relator

Documento assinado digitalmente